



COMPLEXO DO HOSPITAL DE CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Rua General Carneiro, nº 181 - Bairro Alto da Glória
Curitiba-PR, CEP 80060-900
- <http://hcpr.ebserh.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23759.031012/2020-71

1. **OBJETIVO**

1.1. Este Termo de Referência tem por objetivo definir os critérios, prazos, especificações e outras definições para realização de aquisição de impressoras para utilização no Setor de Farmácia Hospitalar do Complexo Hospital de Clínicas da UFPR, mediante processo de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, com formato de julgamento do tipo menor preço por item, de acordo com os termos e condições constantes no presente Termo de Referência.

2. **OBJETO**

2.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência a aquisição de Impressoras necessários para unitarizar e identificar adequadamente os medicamentos dispensados pelo Setor de Farmácia Hospitalar.

2.2. A especificação técnica dos equipamento foi desenvolvida pela equipe de planejamento designada para tal aquisição e a descrição completa dos itens encontra-se no tópico "Detalhamento do Objeto".

2.3. O itens que compõe o objeto da contratação estão dispostos na tabela abaixo:

SEQ.	ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Impressoras de tickets de registro de medicamentos dispensados pelo sistema AGHU	UNIDADE	15
2	Impressoras de etiquetas de código de barras para identificação de medicamentos, doses unitárias e soluções manipuladas;	UNIDADE	10

3. **JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

3.1. **MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

3.1.1. No ambiente hospitalar a dispensação de medicamentos de forma individualizada, com identificação adequada confere segurança no processo de dispensação e administração dos medicamentos aos pacientes da instituição. A impressão de registros, etiquetas e demais documentos é uma das etapas de segurança do processo, conferindo melhoria nos controles de rastreabilidade e estoque. Desta forma permite registros de dados imprescindíveis para conferência dos medicamentos e no momento da administração dos medicamentos pela equipe de enfermagem como nome do medicamento, dosagem, lote e validade.

3.2. **BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS QUE RESULTARÃO DA CONTRATAÇÃO**

3.2.1. Com a aquisição de impressoras há melhoria na qualidade do processo de identificação e emissão de documentos, melhorando a segurança na dispensação e conferência dos medicamentos na instituição e evitando desperdícios de itens mal identificados que poderiam ser desprezados. Além disso, a conferência dos medicamentos entregues nas unidades de internação é fundamental para assegurar a continuidade do tratamento aos pacientes e obter controles de estoque e rastreabilidade.

3.3. **CONEXÃO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO EXISTENTE**

3.3.1. Este equipamento é fundamental para a identificação dos medicamentos dispensados, seguindo o preconizado nas resoluções RDC Nº 67, DE 8 DE OUTUBRO DE 2007 e SESA Nº 165, DE 5 DE MAIO DE 2016. Dessa forma, objetiva-se garantir a qualidade e a segurança do atendimento aos pacientes assistidos no CHC-UFPR.

3.4. CRITÉRIOS AMBIENTAIS ADOTADOS (SUSTENTABILIDADE)

3.4.1. Em todas as fases do procedimento licitatório, da contratação e da execução do objeto contratado, serão observados os critérios dispostos para a sustentabilidade ambiental, não frustrando a competitividade, naquilo que estiver indicado nos projetos, planilha de orçamento quantitativo, termo de referência e no memorial descritivo (este último no caso de obras).

3.4.2. Dentre as recomendações voltadas para sustentabilidade ambiental, a presente licitação observará também os seguintes critérios elencados na Instrução Normativa nº 1 de 19 de janeiro de 2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

3.4.3. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

3.4.4. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

3.4.5. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

3.4.6. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

3.4.7. Conforme prevê o Artigo 33 da nova lei de Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei no. 12.305, de 2 de agosto de 2010), ficam obrigados os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes a estruturar e implementar sistemas de LOGÍSTICA REVERSA (definida na alínea “I” a seguir), mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, de Produtos Perigosos, tais como: Agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do SISNAMA, do SNVS e do SUASA, ou em normas técnicas; Pilhas e Baterias; Pneus; Óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens; Lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista; Produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

3.4.7.1. Logística reversa - é o instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado pelo conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.

3.4.8. Conforme citado no item “a”, serão estendidos a produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro, e aos demais produtos e embalagens, considerando, prioritariamente, o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados. Já, o Decreto Federal no. 7.404, de 23 de dezembro de 2010, cita no art. 18 que os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos e embalagens supracitados, deverão estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante o retorno dos produtos e embalagens após o uso pelo consumidor, ficando estes responsáveis pela realização da LOGÍSTICA REVERSA. A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências apontadas.

3.4.9. O Licitante/Contratado será responsável pelo descarte de todo o material utilizado para a embalagem do objeto contratado, devendo para tanto respeitar a legislação pertinente, federal, estadual e ou municipal, e fornecer ao Complexo Hospital de Clínicas da UFPR declaração de correta destinação e descarte para o material utilizado na embalagem do objeto contratado, suas partes, peças e acessórios;

3.4.10. Exigência para o cumprimento do item anterior fica a critério da Contratante, que considerará as quantidades e as composições químicas dos materiais para descarte;

3.4.11. Caso exigido pela Contratante a Contratada deverá destinar, o material utilizado para embalagem do objeto contratado para descarte, imediatamente após a conclusão das instalações e ou montagem do objeto contratado, suas partes, peças e acessórios.

4. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

4.1. DETALHAMENTO DO OBJETO

4.1.1. Item 1

Descrição Técnica de Impressora Térmica de Termo transferência.

Características mínimas	
Tipo de impressão	Térmica Direta e/ou Transferência Térmica;
Velocidade mínima de Impressão	4 pol/seg
Memória mínima RAM	8M
Possibilidade de bloqueio via painel de controle	Sim
Resolução mínima de impressão	203 DP
Largura máxima de impressão	104mm
Largura máxima da etiqueta	109 mm
Largura mínima da etiqueta	25,4 mm
Largura do equipamento	10,9" (277 mm)
Altura	13,3" (338mm)
Sensor	Possuir Sensor de Papel
Calibração	A calibração da etiqueta deverá ser feita automaticamente
Com interfaces de comunicação	USB, Ethernet mínimo 10/100, RS-232/422/485 Serial Paralela Centronics Bidirecional
Alimentação	Auto ajustável de 100 a 240 VAC 60/50 Hz
Deve permitir a impressão de (código de barras)	Código 39, 2, de 5, Código128 A, B e C, Codabar, LOGMARS, UPC-F, UPC 2 de 5, EAN-8, RAN-13, RAN 2 DE 5, UPC Random Weight, Código 128 MOD 43, Postnet, Uss/EAN-128 Random Weight, Telepen, UPS Maxicode, PDF417 e Datamatrix
Compatibilidade	Total compatibilidade com Windows 2000, Windows XP, Windows Vista, Windows 10.
Temperatura	Suportar temperatura de operação de 4° a 40°C
Capacidade de operação	Capacidade de operação 24 horas por dia, ininterruptamente
Programação	No mínimo deverá suportar programação ZPL, ZPL II, Linguagem de programação PPLA 70, Linguagem de programação PPLB 71 e Linguagem de programação PPLZ 72.

4.1.2 Item 2

Descrição Técnica Impressora de Etiquetas	
Método de Impressão	Térmica direta/transferência térmica (opcional)
Velocidade de Impressão	152 mm/s
Largura de Impressão	108 mm
Resolução	203 dpi (8 pontos/mm)
Código de Barras	Linear: Código 3 de 9, UPC-A, UPC-E, Intercalado 2 de 5, Industrial 2 de 5, Padrão 2 de 5, Código 11, Código 93, Código 128, EAN-8, EAN-13, HIBC, Codabar, Plessey, adendos de 2 e 5 dígitos do UPC, Postnet, UCC/EAN Código 128, Telepen, Planetcode, FIM, 4 estados do USPS
Comunicação	Compatível com no mínimo USB 2.0, serial RS232 ou rede Ethernet 10/100 cabeada, bidirecional paralela
Peso	12.2 kg
Intervalo do comprimento de impressão	6,35 mm - 2.514,6 mm
Fonte de alimentação	100-240 V CA a 47-63 Hz com detecção automática
Temperatura em operação	4 °C a 35 °C
Software	DMX Config: utilitário completo para configuração da impressora DMX NetManager Páginas da Web de rede incorporadas Drivers do Windows® - NT, XP, Vista, 7 e 10 Firmware
Atualizações	disponíveis online
Linguagem de comando de impressora universal	PL-I (Intermec), PL-B (Boca)
Memória	16 MB DRAM/8 MB Flash
Códigos de barras	Linear: Código 3 de 9, UPC-A, UPC-E, Intercalado 2 de 5, Industrial 2 de 5, Padrão 2 de 5, Código 11, Código 93, Código 128, EAN-8, EAN-13, HIBC, Codabar, Plessey, adendos de 2 e 5 dígitos do UPC, Postnet, UCC/EAN Código 128, Telepen, Planetcode, FIM, 4 estados do USPS. Simbologias 2D: MaxiCode, PDF417, USD-8, Datamatrix, QR Code, Codeablock, Código 16k, Aztec, TLC 39, Micro PDF417, GS1 Databar

Fontes residentes	Dez fontes alfanuméricas com tamanhos de 2.5 a 23 pontos, incluindo OCR-A, OCR-B, fonte suave CG Triumvirate™ da AGFA®
Fontes ajustáveis	: CG Triumvirate Bold Condensed, CG Triumvirate e CG Times com suporte para caracteres cirílicos, gregos, árabes e hebraicos
Tipos de fontes baixáveis	True-Type, Bitmap
Conjunto de caracteres	Mais de 50 conjuntos de caracteres residentes; suporte para Unicode/UTF8
Expansão/rotação de fonte	Todas as fontes são expansíveis vertical e horizontalmente até 24x; fontes e elementos gráficos podem ser impressos em quatro direções: 0°, 90°, 180° e 270°
Elementos gráficos com suporte	Arquivos .PCX, .BMP e .IMG
Campo reversível/imagem espelho	Qualquer fonte ou campo gráfico pode ser impresso como uma imagem normal ou invertida
Tipos de mídia	Alimentação por rolo: 203,2 mm de diâmetro externo em um núcleo de 76,2 mm; 177,8 mm em um núcleo de 38,1 mm
Formulário contínuo	Aceito na parte posterior e inferior da impressora Etiquetas pré-cortadas ou contínuas Etiquetas/bilhetes perfurados ou contínuos
Intervalo de largura da mídia	19 mm - 118,1 mm
Comprimento mínimo da mídia	Modos de destacamento e rebobinamento: 6,35 mm Modos de descolamento e corte: 25,4 mm
Intervalo de espessura da mídia	0,0635 mm - 0,254 mm
Deteção de mídia	Visão transparente para etiquetas pré-cortadas sobre papel não aderente Sensor reflexivo para mídia de etiqueta com marcações em preto
Retroalimentação de etiquetas	Para uso com a guilhotina opcional ou o sensor de presença
Ribbon	Intervalo de largura: 25,4 mm - 114,3 mm Comprimentos padrão de ribbon: 300 m, 450 m e 600 m Tinta do lado interno e externo

4.1.3. O equipamento deve ser novo e estar em perfeitas condições de funcionamento, não serão aceitos equipamentos remanufaturados. O equipamento deve possuir garantia de 12 meses a partir da data de instalação e perfeitas condições de operacionalização sem cobrança adicional para o cliente como traslado, estadia, refeições ou outras despesas para o serviço de assistência técnica durante a vigência do período. Cada licitante deverá descrever o equipamento que está ofertando, suas especificações técnicas e características, conforme solicitado.

4.2. DETALHAMENTO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO/ENTREGAS

- 4.2.1. O proponente é o responsável pela entrega adequada e instalação completa do equipamento, com interface de software no CHC-UFPR.
- 4.2.2. Após a formalização do Contrato Administrativo, a CONTRATADA deverá detalhar o processo de entrega, e o processo de instalação quando requisitado, do(s) equipamento(s);
- 4.2.3. Os produtos deverão ser entregues no Recebimento do Complexo Hospital de Clínicas da UFPR - Filial EBSEH localizado no endereço: Rua Padre Camargo, s/n - (Fundos do Hospital de Clínicas) Alto da Glória - CEP 80060-240 de segunda a sexta-feira, das 7:00 às 17:00 horas, com agendamento prévio pelo fone: (41) 3360-7922, acompanhados dos documentos e observando as exigências estipuladas neste Termo de Referência.
- 4.2.4. Os equipamentos devem ser entregues em no máximo 90 (noventa) dias a contar a partir do recebimento da nota de empenho.
- 4.2.5. O simples recebimento de volumes lacrados, sem a devida conferência conjunta pela CONTRATADA e CONTRATANTE do conteúdo destes, não caracteriza a entrega dos equipamentos;
- 4.2.6. A CONTRATADA deverá encaminhar, quando da entrega dos equipamentos, os Manuais de Operação, e os Manuais de Serviço do Fabricante, quando aplicável em formato digital, devendo o Manual de Operação ser obrigatoriamente em português e o Manual de Serviço ser obrigatoriamente em português ou inglês.
- 4.2.7. Quando aplicável, o Manual de Serviço deve compreender: esquemas (tipo diagramas de bloco ou similar), relação das placas/módulos e suas respectivas funções, lista de códigos de erros e possíveis soluções, e rotinas de manutenção preventiva quando aplicável, podendo a CONTRATADA exigir sigilo deste documento em função do seu direito à propriedade industrial ou intelectual;
- 4.2.8. A CONTRATANTE receberá os equipamentos e, após a devida análise da sua conformidade formal com as especificações e condições deste Termo de Referência, emitirá e atestará o **ANEXO A - TERMO DE RECEBIMENTO**, sendo este o documento que oficializa a entrega dos equipamentos;
- 4.2.9. Deve ser encaminhado um exemplar de cada tipo de impressora (itens 4.1.1. e 4.1.2.) com os devidos insumos (ribons, papel térmico para impressão de tickets e etiquetas) para fins de testes.
- 4.2.9. Calibração, quando aplicável, é o conjunto de ações que visa assegurar a confiabilidade de um instrumento de medição por meio da comparação do valor aferido no equipamento com um Padrão, tendo como resultado um documento de Calibração individual, ou seja, por Equipamento Médico atendido, assinado por Responsável Técnico e rastreável à Rede Brasileira de Calibração (RBC - INMETRO). Os documentos de Calibração devem estar em conformidade com a Norma ABNT NBR IEC 17025:2005, e demais normas e/ou legislações aplicáveis, e apresentar no mínimo as seguintes informações: os padrões utilizados com suas respectivas rastreabilidades, os pontos de aferição para cada parâmetro, os valores das leituras realizadas para cada ponto, o valor da média das leituras em cada ponto, a faixa de aceitação para cada ponto, a faixa da “média das leituras \pm Uk” para cada ponto e o resultado da conformidade normativa (APROVADO ou REPROVADO) para cada ponto de aferição;
- 4.2.10. A CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, o objeto executado em desacordo com as condições deste Termo de Referência e de seus ANEXOS.

5. ESCOPO DO FORNECIMENTO

- 5.1. O fornecimento será executado por itens, a ser entregue no Complexo Hospital de Clínicas da UFPR, conforme as especificações e condições constantes no presente Termo de Referência e seus ANEXOS;
- 5.2. Segue quadro com o quantitativo dos Itens a serem fornecidos, e para cada item segue também o respectivo código do CATMAT - Catálogo de Material, bem como as exigências de fornecimento específicas para cada item:

ITEM	CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE	GARANTIA 12 MESES	GARANTIA 36 MESES	MANUAL DE USUÁRIO	INSTALAÇÃO	TREINAMENTO OPERACIONAL	TREINAMENTO TÉCNICO	MANUAL TÉCNICO (DE SERVIÇO)	LAUDO DE CALIBRAÇÃO
1	109100	UNIDADE	25	X		X				X	

6. DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS

- 6.1. As empresas deverão apresentar os documentos exigidos em edital pela Comissão de Licitação do CHC/UFPR.
- 6.1.1. Conter em sua proposta especificação clara, completa e minuciosa dos produtos ofertados, tais como marca e fabricante, modelo/versão do produto.
- 6.1.2. Os fornecedores deverão incluir nas propostas: o número de telefone e-mail, endereço para correspondência e nome (s) do (s) representante (s) funcionários (s) da empresa para contato institucional, tais como envio de empenhos outras situações que necessitam da intervenção dos fornecedores. Sempre que houver mudança em qualquer informação referente aos dados citados durante a vigência da ATA, a empresa deverá comunicar à Comissão de Licitação do CHC/UFPR, por escrito, ficando a mesma responsável em manter as informações atualizadas.
- 6.1.3. O cadastro das propostas de preços pelos licitantes ocorrerá no site: www.comprasgovernamentais.gov.br a partir da publicação do edital.
- 6.1.5. Em até 1 dia útil após o encerramento da fase de lances, a empresa vencedora deverá enviar, por meio do sistema Comprasnet, o manual de usuário do equipamento referente à proposta vencedora do certame.

7. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. O tipo de licitação será o Menor Preço por Item, desde que em acordo com a descrição dos materiais especificados neste Termo de Referência e bem como em conformidade com as demais cláusulas, respeitando os critérios de análise funcional e de desempenho.

7.2. Na fase de lances do Pregão, deverá ser adotado o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final fechado.

7.3. De acordo com Art. 57 § 3º da Lei nº 13.303/2016 o valor ofertado pelo licitante, não poderá ser superior ao orçamento estimado.

8. **ENQUADRAMENTO DO OBJETO COMO COMUM**

O equipamento descrito neste Termo de Referência é classificado como bem comum em atendimento ao disposto no Decreto N° 10.024, de 20/09/2019, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência e no Edital da licitação, por meio de especificações usuais do mercado. Sendo assim, sua aquisição poderá ser realizada na modalidade Pregão Eletrônico.

9. **VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (REFERENCIAL)**

9.1. O custo estimado da contratação é sigiloso, de acordo com o art. 13 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

9.2. O custo estimado para a contratação consta no processo administrativo, sendo este obtido a partir de pesquisa de preços, consolidados no Mapa de Preços em conformidade com com legislação vigente.

9.3. Mesmo que o licitante solicite vistas a integra do processo, o Mapa de Preços não será disponibilizado, podendo o licitante ter acesso somente após o termino do processo licitatório.

10. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1. As condições de habilitação exigidas no Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços, deverão ser mantidas durante toda a vigência da Ata, pela empresa classificada, ficando facultado ao CHC/UFPR, a qualquer momento, exigir a apresentação de parte ou totalidade dos documentos, apresentados quando daquelas fases.

10.2. Quando do fornecimento, a empresa classificada deverá manter-se em regularidade fiscal com o SICAF.

10.3. Após o recebimento da Nota de Empenho, a empresa contratada deverá atender ao solicitado e emitir Nota Fiscal/Fatura do fornecimento efetivado, em nome do Complexo do Hospital de Clínicas da UFPR, devendo o material ser entregue, na forma, condições e local estabelecidos no edital do respectivo Pregão Eletrônico sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

10.4. Respeitar os prazos e as condições de entrega do objeto desta Ata de Registro de Preços.

10.5. O não cumprimento dos prazos e condições de entrega do objeto desta Ata de Registro de Preço, ou ainda qualquer outra divergência, serão considerados falhas e estarão sujeitos a aplicação de sanções administrativas.

10.6. Todos os produtos objeto deste contrato e ou ata de registro de preços serão garantidos pela Licitante pelo período de 12 (doze) meses e/ou enquanto houver saldo.

10.7. A empresa fornecedora responsabilizar-se-á pela entrega dos produtos e no ato do recebimento serão observadas e exigidas as seguintes condições:

a - condições de higiene do caminhão e cuidados na descarga;

b- condições de acondicionamento, aspecto externo das embalagens, tais como: danos nas estruturas das embalagens externas, presença de umidade, presença ou não de lacre nas embalagens, empilhamento, embalagem própria para cada tipo de produto;

c- os funcionários da transportadora deverão respeitar o empilhamento máximo determinado pelo fabricante e ao descarregar o caminhão a transportadora deverá agrupar os produtos por lote de produção para facilitar a conferência.

10.8. Responsabilizar-se por danos causados diretamente ao CHC ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, ou por seu empregado ou preposto.

10.9. No caso de esgotamento de mercado do material ofertado na ocasião da licitação, ou a adjudicatária estiver com dificuldades para efetuar as entregas dos mesmos, se devidamente justificado, poderão ser aceitos opções possíveis de substituição (desde que possuam qualidade e rendimento superiores aos ofertados e seja mantido o preço ofertado na licitação). A administração também pode optar por seguir a ordem de classificação na respectiva ata, em conformidade com o art. 66, inciso V da Lei 13.303/2016.

11. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 11.1. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelas licitantes com relação ao objeto do Termo de Referência;
- 11.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 11.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 11.4. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 11.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 11.6. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Licitante, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 11.7. Exercer o acompanhamento e a fiscalização do objeto licitado, por servidor especialmente designado por portaria, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução, bem como as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 11.8. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela licitante.
- 11.9. A Administração realizará pesquisa de preço periodicamente a cada 180 dias ou em momento oportuno, se assim achar conveniente, durante a vigência do fornecimento, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

12. **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (PENALIDADES)**

- 12.1. Com fundamento na Lei nº 13.303 de 30/06/2016 poderão ser aplicadas à Contratada, as sanções abaixo, pela inobservância das condições estabelecidas para o objeto ora contratado, a saber:
- 12.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato nos termos do artigo Art. 111 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh o CHC-UFPR poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:
 - 12.2.1. Advertência.
 - 12.2.2. Multa, na forma prevista no Termo de Referência, contrato, Instrumento Convocatório e seus anexos.
 - 12.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- 12.3. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Ebserh ou cobrada judicialmente.
- 12.4. As sanções previstas nos itens 12.2.1 e 12.2.3 poderão ser aplicadas juntamente, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da instauração do processo administrativo para apuração de descumprimento de obrigação contratual.
- 12.5. Poderá ser emitida GRU – Guia de Recolhimento da União para pagamento da multa devida pela contratada, podendo esta ser quitada com garantia prevista no instrumento convocatório e seus anexos.
- 12.6. Nos termos do Art. 112 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh a sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:
 - 12.6.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 12.6.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 12.6.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados.
 - 12.6.4. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
 - 12.6.5. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - 12.6.6. Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
 - 12.6.7. Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
 - 12.6.8. Não mantiver a proposta;
 - 12.6.9. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

12.6.10. Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013.

12.6.11. As ocorrências são cumulativas durante o período de vigência do contrato.

12.6.12. Atrasos cujas justificativas sejam aceitas pelo Contratante e comunicadas antes dos prazos de entrega consignados no contrato ou documento equivalente poderão, a critério deste, ser isentos total ou parcialmente de penalidades e de multa.

12.6.13. Início de Atendimento entende-se 24h após o contato com a garantia;

12.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.8. Cabe ao Órgão Participante, conforme Decreto nº. 7.892/2013, art. 6º, Parágrafo Único, aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades do descumprimento do pactuado no processo licitatório, neste termo de referência ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

12.9. Compete ao Órgão Não Participante, conforme Decreto nº. 7.892/2013, art. 22, § 7º, os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.1

12.10. Após garantido o regular processo administrativo e aplicada sanção o CHC-UFPR, registrará os dados relativos às sanções aplicadas aos contratados de forma a manter atualizado o CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas de que trata a Lei nº 12.846/13, bem como no SICAF - sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores. Assim, as penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de impedimento de licitar e contratar com a administração, a Contratada será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Contrato e demais cominações legais.

12.11. A aplicação das sanções previstas neste termo não afeta os processos de responsabilização e aplicação de penalidades decorrentes de atos ilícitos alcançados pela Lei nº 12.846/13 quanto a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

12.12. Aos licitantes, será aplicada quando necessário, a Norma Operacional Ebserh nº 03, de 03 de junho de 2016, disponível no site <http://www.ebserh.gov.br/documents/22765/106576/norma+operacional>. Sendo assim, devem tomar conhecimento dessa norma, uma vez que versa sobre o estabelecimento de normas regulamentares sobre o procedimento administrativo, no âmbito da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh, voltado à aplicação de sanções administrativas aos licitantes, bem como regulamenta a competência para aplicação das sanções administrativas cabíveis, conforme previsto nas leis, normas e instrumentos convocatórios.

12.13. As sanções previstas poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

12.14. As penas previstas para as sanções aplicadas podem ser reduzidas nos seguintes casos:

12.14.1. Irregularidades que não tenha acarretado prejuízos significativos e que não tenha causado desabastecimento para a Contratante;

12.14.2. Irregularidades em que a CONTRATADA tenha promovido ações efetivas para solucionar ou minimizar os impactos causados por sua ação.

12.14.3. Nos casos em que seja a primeira ocorrência de irregularidade da CONTRATADA junto a CONTRATANTE, e caso não tenha acarretado prejuízos significativos e que não tenha causado desabastecimento para a CONTRATANTE.

12.15. Casos omissos, não descritos no termo de referência serão analisados e sugeridas a aplicação de penalidades a autoridade competente do CHC-UFPR.

12.16. Dosimetria na aplicação da penalidade de impedimento de licitar, contratar e multas:

Irregularidade	Sanção
Deixar de entregar documentação exigida para o certame:	Pena – Impedimento do direito de licitar e contratar com a Ebserh pelo período de 2 (dois) meses.
Não celebrar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:	Pena – Impedimento do direito de licitar e contratar com a Ebserh pelo período de 4 (quatro) meses.
Apresentação de documentação falsa.	Pena – Impedimento do direito de licitar e contratar com a Ebserh pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.
Ensejar o retardamento da execução do certame.	Pena – Impedimento do direito de licitar e contratar com a Ebserh pelo período de 4 (quatro) meses.

Não manter a proposta.	Pena – Impedimento do direito de licitar e contratar com a Ebserh pelo período de 4 (quatro) meses.
Fraudar na execução do contrato.	Pena – Impedimento do direito de licitar e contratar com a Ebserh pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.
Comportar-se de modo inidôneo.	Pena – Impedimento do direito de licitar e contratar com a Ebserh pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.
Cometer fraude fiscal.	Pena – Impedimento do direito de licitar e contratar com a Ebserh pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.
Atraso na apresentação da garantia, carta fiança, seguro, seguro garantia ou caução em dinheiro.	Pena - Multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso (seja para início da contratação, para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato. O atraso superior a 30 (trinta) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato.
Atraso na entrega dos produtos ou serviços após recebimento da Nota de Empenho, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos e que não tenha causado desabastecimento para a Contratante.	Pena: Advertência escrita, registrada no SICAF.
Atraso na entrega dos produtos ou serviços a partir do 1 (primeiro) dia de atraso, contados a partir do primeiro prazo estipulado em edital e seus anexos.	Pena: Multa moratória, aplicada automaticamente, correspondente a 0,33% (três décimos e 3 centésimos) ao dia, por no máximo 30 dias, de atraso na entrega de objetos constantes na respectiva Nota de Empenho – NE, calculados sobre o valor total da referida NE, com contagem dos dias excedentes do prazo previamente acordado, sem prejuízo das demais sanções.
Atraso na entrega dos produtos ou serviços a partir do 10 (décimo) dia de atraso, contados a partir do primeiro prazo estipulado em edital e seus anexos.	Pena: Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, sem prejuízo das demais sanções.
Atraso na entrega dos produtos ou serviços a partir de 21 (vigésimo primeiro) dia, contados a partir do primeiro prazo estipulado em edital e seus anexos.	Pena: Impedimento do direito de licitar e contratar com a Ebserh, pelo período de 3 (três) meses. Nos casos em que os atrasos superarem 21 dias, será aplicada também, a proporcionalidade de 4 (quatro) dias por cada dia a mais de atraso, ficando limitado a aplicação da penalidade em no máximo 24 meses. Sem prejuízo das demais sanções
Reincidência em atrasos.	Pena: Por reincidências será aplicada multa de até 20% sobre o valor da parcela, não podendo a somatória das multas ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor da parcela, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual.
Por recusar-se a retirar ou receber a respectiva Nota de Empenho, Contrato de locação ou o Contrato de Comodato.	Pena: Multa por descumprimento integral do compromisso, correspondente a 20% (vinte por cento) do valor adjudicado e homologado, sem prejuízo das demais sanções.
Deixar de manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação	Pena – Impedimento do direito de licitar e contratar com a Ebserh pelo período de 2 (dois) meses.
Por descumprimento integral do compromisso assumido.	Pena: Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh por 24 (vinte e quatro) meses, sem prejuízo das demais sanções.
Por causar prejuízos a administração.	Pena: Impedimento de licitar e contratar com a Ebserh com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses.
Por causar prejuízos a administração.	Pena: Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Ebserh, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou

até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

13. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

13.1. Se durante a vigência do Contrato e ou ata de registro de preços for constatado que a prestação de serviços não atende às condições estipuladas no edital de licitação e seus anexos, o Complexo Hospital de Clínicas da UFPR se reserva o direito de suspender o pagamento total ou parcial até que sejam sanadas as irregularidades, sem que isso lhe acarrete encargos financeiros adicionais.

13.2. No caso de descumprimento de qualquer obrigação avençada, fica o Licitante/Contratado sujeito às penalidades previstas no edital de licitação do Pregão Eletrônico, bem como das sanções constantes nos artigos 82 a 84 da Lei nº 13.303 de 30/06/2016, pela inobservância das condições estabelecidas para o fornecimento contratado.

13.3. O acompanhamento e a fiscalização do objeto deste contrato serão exercidos por meio de um representante, denominado Fiscal do Contrato, e/ou seu suplente, designados pela Contratante através de portaria específica, com vistas a garantir o atendimento dos direitos e obrigações pactuados, assim como o cumprimento da legislação pertinente, conforme determina o Capítulo II, art. 101 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. Ao Fiscal de Contrato e/ou seu suplente compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do objeto contratado, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência à Contratada.

13.4. Informamos que a designação de servidor para a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato ocorrerá em momento antes da formalização do contrato e ou da ata de registro de preços, momento em que a Superintendência do Complexo Hospital de Clínicas da UFPR emitirá portaria individual para esta delegação.

14. LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTOS À CONTRATADA

14.1. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente em banco, número e agência indicados pelo Licitante/Contratado, em 30 (trinta) dias úteis contados do recebimento e aceitação em definitivo do objeto contratado.

14.2. Os documentos relativos à seguridade fiscal do fornecedor, exigidos para o cadastramento e habilitação parcial no SICAF deverão ser mantidos atualizados, pois será feita consulta “on line”, quando da data do pagamento.

14.3. Se for constatado que o objeto contratado não atende às condições estipuladas no Edital de Licitação e seus anexos, o Complexo Hospital de Clínicas da UFPR se reserva o direito de suspender o pagamento até que sejam sanadas as irregularidades, sem que isso lhe acarrete encargos financeiros adicionais.

15. QUALIFICAÇÕES

15.1. A qualificação dos proponentes deve ser realizada de acordo com o estabelecido no Art. 58 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

15.2. Os produtos deverão estar conformes com todas as normas NBR e IEC relacionadas especificamente ao objeto.

16. RESCISÃO CONTRATUAL

16.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

17. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

17.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

18. GARANTIA

18.1. Sobre a Garantia dos Equipamentos:

18.1.1. Para a solução envolvida na contratação, a CONTRATADA deverá prestar Garantia dos Equipamentos pelo período mínimo especificado, a partir da emissão do “ANEXO B - TERMO DE INSTALAÇÃO” atestando o correto e pleno fornecimento do objeto contratado, ou a partir da emissão do “ANEXO A - TERMO DE RECEBIMENTO” quando não requisitada instalação;

18.1.2. Durante todo o período de garantia a CONTRATADA compromete-se em prestar a Assistência Técnica para manter os equipamentos operando plenamente conforme suas respectivas Especificações Técnicas deste Termo de Referência, e os Manuais de Operação e Manuais de Serviço do respectivo fabricante;

18.1.3. Para resguardar a garantia dos equipamentos, quando da instalação, a CONTRATADA poderá utilizar método de lacre que garanta a identificação da violação dos equipamentos, e efetuar a troca do lacre a cada intervenção no equipamento;

18.1.4. Todas as partes, peças, acessórios, componentes e softwares dos equipamentos, exceto consumíveis de uso único, estarão sujeitas ao mesmo período de garantia dos equipamentos, desde que não tenham sido danificados por imprudência, devendo a CONTRATADA substituir as peças, acessórios, componentes e softwares que se fizerem necessário;

18.1.5. A garantia deverá ser prestada usualmente no local onde o equipamento foi instalado, porém caso seja necessário o envio do equipamento para manutenção em outro local todos os custos deverão ficar a cargo da CONTRATADA;

18.2. Sobre a Assistência Técnica durante o período de garantia dos equipamentos:

18.2.1. **Horário de Assistência Técnica** compreende os dias/horários para usual prestação da Assistência Técnica, conforme disposto neste Termo de Referência;

18.2.2. **Manutenção Corretiva** é uma intervenção não previamente planejada, onde realiza-se um conjunto de ações destinada a corrigir uma falha ou degradação de um equipamento;

18.2.3. **Chamado Técnico** é a solicitação feita pela CONTRATANTE à CONTRATADA, dentro do Horário de Assistência Técnica, para atendimento de uma demanda de Manutenção Corretiva;

18.2.4. **Atendimento Técnico** é a presença de técnico da CONTRATADA, no local de instalação dos equipamentos, dentro do Horário de Assistência Técnica, para execução de uma Manutenção Corretiva demandada, tendo como resultado um documento de Atendimento Técnico individual, ou seja, por Equipamento Médico atendido;

18.2.5. **Tempo de Atendimento Técnico** é o período transcorrido, em dias, entre o Chamado Técnico e o primeiro Atendimento Técnico deste chamado;

18.2.6. **Tempo de Solução Técnica** é o período transcorrido, em dias, entre o Chamado Técnico e a efetiva solução deste chamado;

18.2.7. **Manutenção Preventiva** é uma intervenção previamente planejada, onde realiza-se um conjunto de ações de intervalos predeterminados e de acordo com critérios prescritos, destinada a reduzir a probabilidade de falha ou a degradação de um equipamento, tendo como resultado um documento de Manutenção Preventiva individual, ou seja, por Equipamento Médico atendido.

18.2.8. O Horário de Assistência Técnica deverá ser usualmente em dias úteis, de segunda-feira à sexta-feira, em horário comercial, porém poderá ser executado em outros dias e horários, mediante prévio acordo entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA;

18.2.9. A solicitação de Chamado Técnico para a CONTRATADA implica no início da contagem do Tempo de Atendimento Técnico e Tempo de Solução Técnica;

18.2.10. O Tempo de Atendimento Técnico não poderá exceder a 07 (sete) dias;

18.2.11. O Tempo de Solução Técnica não poderá exceder a 30 (trinta) dias;

18.2.12. Todos os atendimentos devem ser realizados in loco, portanto, durante o período de garantia a CONTRATADA deve se programar para enviar um técnico/Equipe técnica, para realizar as manutenções corretivas, calibrações, manutenções preventivas e qualificações necessárias, sem que isso gere ônus para a Administração Pública.

18.2.13. Para todo Atendimento Técnico deverá ser feito um documento de Atendimento Técnico, que deverá ser entregue à CONTRATANTE, constando no mínimo as seguintes informações:

- a) Identificação do Equipamento;
- b) Data e Hora do Início e Término do Atendimento Técnico;
- c) Descrição do(s) problemas(s) encontrado(s);
- d) Descrição do(s) serviço(s) executado(s);
- e) Descrição de eventual(ais) pendência(s);
- f) Descrição de eventual(ais) peça(s) aplicadas(s);
- g) Status do Equipamento após o Atendimento Técnico;
- h) Nome/Assinatura do Responsável pelo Atendimento Técnico da CONTRATADA;
- i) Nome/Assinatura do Responsável pelo Aceite da CONTRATANTE.

18.3. Quando houver, nos Manuais de Operação e/ou nos Manuais de Serviço do Fabricante, orientação para realização de Manutenções Preventivas, as mesmas deverão ser integralmente abarcadas pela garantia dos equipamentos, devendo a CONTRATADA:

18.3.1. Apresentar, em no máximo 30 (trinta) dias a contar a partir da data de emissão do “ANEXO B - TERMO DE INSTALAÇÃO”, todas as datas das Manutenções Preventivas que serão executadas durante o período de garantia;

18.3.2. Fornecer, todos os itens com indicação de substituição nas Manutenções Preventivas definidas nos Manuais de Operação e/ou nos Manuais de Serviço do Fabricante (tais como baterias, células de oxigênio, filtros, kits de peças, válvulas, coolers, borrachas, mangueiras, o-rings, vedações e etc.);

18.3.3. Durante o período de garantia, o software deverá permanecer atualizado, consequentemente caso hajam atualizações, dentro dos módulos adquiridos, o fornecedor deverá realiza-la sem custos ao CONTRATANTE

18.3.4. Executar as Manutenções Preventivas de acordo com as atividades e periodicidades indicadas nos Manuais de Operação e/ou nos Manuais de Serviço do Fabricante.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 A CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, o objeto executado em desacordo com as condições deste Termo de Referência e de seus Anexos

18.2. Cada Contrato, vinculado a este Termo de Referência terá o fim de vigência ao término do Período de Garantia de todos os Equipamentos englobados no respectivo contrato, conforme cláusulas deste Termo de Referência;

18.3. O julgamento das propostas de preços será pelo critério do MENOR PREÇO, sendo declarada vencedora a licitante que apresentar o MENOR PREÇO e que atender a todos os requisitos e exigências do certame.

18.4. De acordo com Art. 57 § 3º da Lei nº 13.303/2016 o valor ofertado pelo licitante, não poderá ser superior ao orçamento estimado.

18.5. O Regime de Execução será a Contratação por Preço Unitário, prevista no Art. 5º, XI, do RLC da Ebserh.

19. ANEXOS

19.1. ANEXO A - TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

19.2. ANEXO B - TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

O presente documento segue assinado pelo servidor Elaborador, pela autoridade Requisitante e pela autoridade responsável pela Aprovação da conveniência e oportunidade, com fulcro no art. 9º, inciso II, do Decreto nº 5.450/2005 e art. 15 da IN nº 02/2008-SLTI/MPOG, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784/1999.

20. ELABORAÇÃO

(assinado eletronicamente)

Gisela Manassés Lucas

Requisitante- Setor de Farmácia Hospitalar

(assinado eletronicamente)

Daniela Saboia Gruber Dall'Stella

Integrante Técnico - Unidade de Dispensação Farmacêutica

(assinado eletronicamente)

Adriana Cristina Elias de Souza Pinto de Almeida

Integrante Técnico - Setor de Farmácia Hospitalar

(assinado eletronicamente)

Camile da Rocha

Integrante Técnico - Setor de Farmácia Hospitalar

(assinado eletronicamente)

Claudmilson Rodrigues de Oliveira

Integrante Técnico - Setor de Gestão da Informação e Informática

(assinado eletronicamente)

Tânia Mara Ziolkoski



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Saboia Gruber Dall Stella, Farmacêutico(a)**, em 15/11/2020, às 18:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Camile Da Rocha, Farmacêutico(a)**, em 16/11/2020, às 08:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudmilson Rodrigues de Oliveira, Técnico(a) de Tecnologia da Informação**, em 16/11/2020, às 09:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tania Mara Ziolkoski, Chefe de Setor**, em 16/11/2020, às 10:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Cristina Elias de Souza Pinto de Almei, Farmacêutico(a)**, em 16/11/2020, às 10:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gisela Manassés Lucas, Chefe de Setor**, em 16/11/2020, às 10:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **10075415** e o código CRC **1BD6775E**.

Referência: Processo nº 23759.031012/2020-71 SEI nº 10075415

Criado por [daniela.stella](#), versão 9 por [daniela.stella](#) em 15/11/2020 18:21:00.